

ARTIGO DOSSIÊ

MUSEOLOGIA E NOVA MUSEOLOGIA OS EXEMPLOS DOS MUSEUS DAS SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA¹

MUSEOLOGY AND NEW MUSEOLOGY THE EXAMPLES OF THE MUSEUMS OF SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES*

RESUMO

Parte-se dos pressupostos de que o património cultural e a museologia são tecnologias derivadas das ciências sociais e de que as opções realizadas no que concerne ao modo de configuração e de gestão dos monumentos, das “zonas históricas” e dos museus têm implicações relevantes para as instituições ou organizações tutelantes, para as comunidades envolventes e para a sociedade global. Nesse artigo chama-se, no entanto, a atenção para as consequências da adopção das concepções do novo património cultural e da nova museologia em organizações como as Santas Casas da Misericórdia, por norma ligadas a elites e/ou a poderes locais, marcadas por mundividências (políticas, sociais, religiosas) mais ou menos conservadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Património cultural; Museus; Novo património cultural; Nova museologia; Cultura material.

ABSTRACT

This text is based on the assumption that cultural heritage and museology are technologies derived from the social sciences, and that the choices made regarding the configuration and management of monuments, "historic sites" and museums have relevant implications for institutions and organizations, to the surrounding communities and for countries. In this article it is called, however, to draw attention to the consequences of the adoption of new concepts of cultural heritage and the new Museology in organizations such as the Holy House of Mercy, as a general rule linked to the elites and/or the local powers, marked by mundividências (political, social, religious) more or less conservative.

KEYWORDS: Cultural heritage; Museums; New cultural heritage; New museology; Material culture.

Introdução

Inicia-se este artigo lembrando algo óbvio mas demasiadas vezes esquecido, sobretudo nas últimas décadas, isto é, desde o fim da “Guerra Fria”. O património cultural e a museologia, directamente associados à historiografia e a outras ciências sociais, às memórias históricas e às identidades histórico-culturais, são elementos estruturantes das sociedades contemporâneas, baseadas — pela positiva e/ou pela negativa — nos modelos do Estado-Nação, dos direitos e obrigações da cidadania liberal. Mesmo antes das respectivas potencialidades económicas e sociais, trata-se, pois, de tecnologias de indiscutível relevância e eficácia nos planos cultural e político.

Correndo, embora, o risco de perder parte da complexidade do real mas ganhando em operatividade interpretativa, lembra-se que as noções de património cultural e de museu surgiram no decorrer dos primeiros processos de criação de regimes políticos pós-absolutistas (na Holanda a partir do final do século XVI, na Inglaterra da segunda metade do século XVII, nos EUA da segunda metade do século XVIII e na França do final do século XVIII). Considera-se, ainda, que desde então se consolidaram três leituras fundamentais de património cultural e de museologia: património cultural tradicional, museus tradicionais e paradigma moderno; novo património cultural, nova museologia e paradigma neo-moderno; património cultural pós-moderno, museologia pós-moderna e paradigma pós-moderno.

Parte-se dos pressupostos de que o património cultural e a museologia são tecnologias derivadas das ciências sociais e de que as

opções realizadas no que concerne ao modo de configuração e de gestão dos monumentos, das “zonas históricas” e dos museus têm implicações relevantes para as instituições ou organizações tutelantes, para as comunidades envolventes e para a sociedade global. Trata-se, pois, de, utilizando informação e capacidade de análise de matriz científica, equacionar as transformações que se querem introduzir numa dada realidade à luz de uma determinada leitura ideológica ou de uma certa mundividência.

No conjunto de concepções de património cultural e de museologia referenciadas, opta-se pelo novo património cultural, pela nova museologia e pelo paradigma neo-moderno enquanto modalidades actualmente mais operatórias — porque mais desalienantes — de contribuir para a ampliação do acesso à cultura erudita, para a requalificação das culturas populares e da cultura de massas, para o reforço do desenvolvimento integrado e sustentável, para o aprofundamento da democracia. A generalidade dos condicionalismos que viabilizam este modo de entender as categorias de memória histórica e de identidade histórico-cultural emergiram a partir da Segunda Guerra Mundial, decorrendo do empenhamento em atenuar a eficácia genocidária do darwinismo social radical e do ultra-nacionalismo.

Chama-se, finalmente, a atenção para as consequências da adopção das concepções do novo património cultural e da nova museologia em áreas como a relação com o conhecimento científico e com as ideologias, a memória histórica e a identidade histórico-cultural, a cultura organizacional, o lazer e o turismo culturais, a promoção de hábitos de cooperação, etc. Os resultados em causa poderão ser particularmente

desafiantes — mas, também, transformadores — em organizações como as Santas Casas da Misericórdia, por norma ligadas a elites e/ou a poderes locais, marcadas por mundividências (políticas, sociais, religiosas) muito ou pouco conservadoras.

Património cultural e museologia²

Ao contrário do que poderia supor alguém com acesso à cultura erudita e que hoje resida num país central ou semi-periférico, a relação das sociedades humanas com as categorias de património cultural e de museu é relativamente recente e superficial. Desde a pré-história até ao início da época contemporânea, sucederam-se a ausência de qualquer noção de património cultural ou de museologia, a etapa embrionária de predomínio da lógica dos tesouros — a partir das primeiras Civilizações Urbanas — e o período intermédio dos gabinetes de curiosidades ou das colecções (séculos XV a XVIII).

Sacralizando características que se mantiveram ao longo dos séculos, as culturas populares originárias exigiriam a integração de todos os membros de uma determinada comunidade na respectiva mundividência (totalitarismo difuso). Recusariam, conseqüentemente, quaisquer vestígios — imateriais ou materiais; imóveis, integrados ou móveis — originários de outras sociedades, distantes no tempo e/ou no espaço. Seriam esses vestígios estranhos encarados como ofensivos e/ou perigosos pelas divindades e pelos indivíduos de cada comunidade, destruídos ou abandonados aos tradicionais processos de paulatina degradação.

Verificar-se-ia, pois, uma quase ausência, quer da possibilidade de apreciação crítica da própria cultura, quer de reconstituição e análise de outras mundividências. As referidas posturas eram tidas como destrutivas, tanto da mais ou menos precária harmonia do meio envolvente (sobrenatural e natural), como da coesão da comunidade humana em causa. Muitas das energias seriam, assim, investidas na angustiada reprodução do existente, não na apreciação crítica e comparativa do mesmo visando o reforço da capacidade de conhecer e de transformar para melhor. Matizada e fragmentada embora, forçada à interacção com perspectivas diferentes, esta postura essencialista continua presente nas sociedades actuais.

Depois da criação das primeiras Civilizações Urbanas (V milénio a.C.), assistiu-se à necessidade e à possibilidade de elaborar e de divulgar discursos sobre “os antecessores ilustres” — distantes no tempo e/ou no espaço — que legitimassem os poderes dominantes em cada presente; às vantagens do dispêndio de recursos na preservação e na promoção da utilização teatralizada de edifícios, estruturas, objectos e memórias associados a culturas diferentes. Estes tesouros resultaram da incorporação de vestígios de culturas exóticas na simbologia de lideranças e de elites político-militares, religiosas, administrativas e económicas.

Os citados edifícios, estruturas, objectos e memórias foram guardados (entesourados) por sucessivas chefias e por diversos segmentos das elites, mostrados ou utilizados apenas em momentos particularmente relevantes no plano simbólico. A posse de bens culturais alheios reforçava o prestígio de quem os detinha — mediadores com universos originários ou diferentes, conquistadores de sociedades outras —, sendo esse efeito

potenciado pela estratégia combinada de ocultação e de exposição pública em rituais de renovação cíclica de legitimidade ou de refundação periódica da ordem e das hierarquias.

Após a eclosão do Renascimento — séculos XIV a XVI —, os operadores da cultura erudita passaram a optar por divulgar junto das elites um conhecimento mais completo e sistemático acerca de culturas antigas e antecessoras, rivais ou exóticas (dominadas ou domináveis). Famílias reais, Universidades, instituições eclesiásticas, poderes municipais, famílias nobres ou burguesas criaram, pois, gabinetes de curiosidades ou colecções, isto é, conjuntos de objectos valiosos — porque raros e representativos — que ilustravam e credibilizavam discursos de reconstituição, interpretação e valoração acerca das realidades das quais eram provenientes.

Complementarmente ao prestígio decorrente da posse e do empenhamento na salvaguarda de bens culturais ameaçados de destruição e/ou de esquecimento, a crescente complexificação e profissionalização da cultura erudita gerou, assim, a vontade de utilizar edifícios, estruturas, objectos e memórias como plataformas permanentes e semi-públicas de educação formal e de instrução informal de cada um dos segmentos das elites. Muitos destes espólios foram, mais tarde, classificados como património cultural (material ou imaterial; imóvel, integrado ou móvel) e incorporados nos museus recém-instituídos.

É hoje relativamente consensual a afirmação de que apenas a emergência da categoria ideológico-política de Estado-Nação tornou necessário e generalizou o fenómeno da classificação de monumentos e da criação de museus. Depois de os países pioneiros — dois dos quais (a

Inglaterra e a França) eram, também, as potências dominantes do sistema de relações internacionais —, as referidas modalidades de intervenção propagaram-se a todos os outros Estados ocidentais ou ocidentalizados. Abarcou países com regimes liberais conservadores e com monarquias autocráticas, com regimes demoliberais e com ditaduras (autoritárias ou totalitárias).

O reconhecimento do estatuto de Estado-Nação a uma determinada entidade política — a aceitação do direito da mesma à autodeterminação e à independência — passou a decorrer de pressupostos nos quais desempenham um papel significativo elementos como a existência de uma narrativa historiográfica, de uma memória histórica e de uma identidade cultural comuns; a presença de um elevado nível de sofisticação civilizacional, correspondente à capacidade de produção e de utilização de cultura erudita (de matriz global e mais ou menos influenciada pelas culturas populares nacionais) pelas elites e pelas classes médias. No plano individual, o acesso à cidadania activa dependia da demonstração, tanto de capacidade económica, como de fluência cultural erudita.

Perante o elevado nível de desintegração cultural herdado do Antigo Regime — com base em diferenças de âmbito local e regional; de género, etárias, socioeconómicas, socioculturais, étnico-religiosas, etc. —, em quase todos os países foi necessário consolidar (ou, mesmo, inventar) e propagar ou impor uma historiografia, uma memória histórica e uma identidade cultural nacionais. Nesse esforço desempenharam um papel fundamental a investigação e o ensino/a divulgação da história, as políticas públicas e as iniciativas privadas relativas, quer ao património cultural —

monumentos, “zonas históricas” e museus —, quer ao espaço público (comemorações histórico-patrióticas, urbanismo e arquitectura, estatuária e toponímia, etc.).

Mesmo nos países com regimes democráticos ou demoliberais, até ao pós-Segunda Guerra Mundial as concepções hegemónicas sobre património cultural e acerca de museus contribuíram para a afirmação da escala nacional e para o sonegar dos âmbitos que lhe ficavam a montante; para certificar leituras nacionalistas e xenófobas, darwinistas sociais e racistas da história; para diferenciar e hierarquizar Estados; para confirmar a legitimidade da independência e/ou os “direitos e obrigações” de determinadas Nações como potências dominantes e/ou como países colonizadores. Valorizou-se a produção cultural erudita e a intervenção dos “grandes homens” nas regionalidades político-militar, diplomática e religiosa; as “raízes pré-medievais” (arqueológicas), a “genialidade artística” (do início da Idade Média ao fim da Idade Moderna), a capacidade de conhecer e utilizar a natureza (história natural) e de “civilizar” as “comunidades primitivas” (antropologia).

Face aos dramáticos graus de violência genocidária proclamados e/ou concretizados durante o conflito de 1939 a 1945, nomeadamente nos países que evoluíram para regimes democráticos ou demoliberais avançados passaram a assumir um peso relevante — dominante? — noções de património cultural e de museologia até então emergentes ou periféricas. Apoiando-se nas transformações entretanto ocorridas, tanto nas ciências sociais como no urbanismo, na arquitectura e no *design*, denunciou-se o carácter alienante do ultra-nacionalismo e do racismo; propôs-se o reconhecimento de historiografias, memórias, identidades e

patrimónios a montante e a jusante da escala nacional; defendeu-se a ampliação radical das fronteiras do conceito de património cultural, bem como a alteração das práticas dos monumentos, "zonas históricas" e museus; exigiu-se o respeito pela autonomia e pela auto-regulação deontológica das entidades e dos técnicos especializados em património cultural e em museologia.

Políticas culturais e correntes museológicas³

Situando-nos no plano dos conceitos teóricos e remetendo, consequentemente, para uma coerência absoluta (porque abstracta) — inexistente em qualquer segmento da realidade —, é possível referenciar três grandes correntes de pensamento sobre os museus: a museologia tradicional, a nova museologia e a museologia pós-moderna. Por sua vez, cada uma das referidas propostas deriva de um dado paradigma epistemológico — paradigma moderno, paradigma neo-moderno, paradigma pós-moderno —, integra-se numa determinada política cultural, e correlaciona-se com regimes políticos (regimes sociais globais) concretos.

Fruto da concretização, quer de interesses e de mundividências sociais mais ou menos compatíveis, quer das estratégias e ideologias dos membros dos grupos profissionais directamente envolvidos, as políticas culturais adoptadas ao longo da época contemporânea visam alcançar objectivos múltiplos, de âmbito global e especializado. De forma variável tendo em conta a natureza de cada regime político, procura-se, nomeadamente, caracterizar a identidade própria e estabelecer

comparações com identidades alheias; apoiar uma concepção de sociedade e criticar as leituras alternativas; seleccionar, preservar e garantir a fruição de património cultural; fomentar a produção e o consumo de arte contemporânea; intensificar o relacionamento entre agentes culturais e outras actividades sociais (com destaque para a economia); legitimar poderes, organizações ou individualidades.

Porque desde o início (séculos XVII e XVIII) foram concebidas para influenciar — transformando ou mantendo — os equilíbrios existentes, as políticas culturais contemporâneas estão longe de assumir os níveis de limitada relevância social global que muitas vezes lhes são atribuídos. Mesmo quando aparentam condicionar apenas as elites, quando assumem em exclusivo o registo da cultura erudita e quando proclamam uma lógica de curto prazo, acabam por enquadrar (directa e indirectamente) a quase totalidade da população, por estabelecer padrões de referência também para as culturas populares e para a cultura de massas, por ter efeitos significativos nos médio e longo prazos.

Desencadeado em plena Época Moderna — durante o Renascimento e, depois, no âmbito da reacção à Contra-Reforma —, o processo de estruturação e de afirmação do paradigma moderno abarcou, ainda, os séculos XVIII e XIX, bem como as seis primeiras décadas do século XX. Sintetizando, dir-se-ia que consistiu (consiste) na afirmação da viabilidade e da absoluta superioridade do conhecimento científico e tecnológico — “objectivo, neutro e definitivo” — perante outros saberes; das virtualidades da aplicação do conhecimento em causa à gestão dos recursos naturais e à governação das sociedades humanas (cientismo); da possibilidade de, no médio prazo, se superarem grande parte dos

problemas que afectaram as sociedades humanas e de se atingir o estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”).

Qualquer que tenha sido a sua configuração concreta, a generalidade dos sistemas interpretativos globais que deram existência ao paradigma moderno (cartesianismo, hegelianismo, liberalismo, positivismo, marxismo, fascismo, etc.) acabaram, desta forma, por tentar escamotear a respectiva natureza socialmente condicionada e por se apresentar como o único instrumento válido de reconstituição/interpretação da e de intervenção na realidade. As leituras aventadas assumiam, pois, tendencialmente, o estatuto de conhecimento verdadeiro, universal e benigno, remetendo as alternativas — numa lógica de auto-sacralização e de hetero-diabolização — para a condição de discursos errôneos, parciais e malignos.

Na qualidade de emanações do paradigma moderno, o património cultural tradicional e os museus tradicionais — assim designados somente a partir da segunda metade da década de quarenta do século XX — começaram por estar na origem das próprias noções de e das práticas fundadoras em torno do património cultural e da museologia. Configuraram-se, depois, como veículo de reconhecimento de supostas evidências, empírica e teoricamente indiscutíveis. Destacam-se a especificidade, ancestralidade e continuidade de cada identidade nacional, a comprovar por intermédio dos monumentos e dos objectos (salvaguardados em arquivos e museus); a particular e óbvia relevância das manifestações mais geniais da produção cultural erudita (a classificar como património cultural); a posição relativa dos vários Estados-Nação na hierarquia dos países participantes da “Civilização Ocidental”

(mensurável, também, a partir da quantidade e da qualidade do património cultural acumulado e apresentado); a natural superioridade dos indivíduos e dos grupos sociais responsáveis pela produção cultural erudita e capacitados para a fruição do património cultural (as elites do passado e do presente).

Como não poderia deixar de acontecer, os museus tradicionais tornam visíveis e procuram afirmar como consensuais estes pressupostos. São um dos principais dispositivos de “comprovação documental” e de naturalização da mundividência moderna no que concerne às histórias, às memórias e às identidades nacionais. Fazem-no considerando apenas ou atribuindo preferência a quatro subuniversos do património cultural móvel: os vestígios arqueológicos, a produção pictórica e escultórica consagrada, as descobertas da ciência e da técnica, os testemunhos de “culturas primitivas” (certificadores dos “antepassados ilustres” e de um elevado nível de competências para a “tutela civilizacional”).

Escolhem, também, edifícios que são, simultaneamente, monumentos (património cultural imóvel); discursos expositivos de cariz exaustivo — nas reservas ficam apenas peças desfiguradas e/ou de autoria não confirmada —, que se baseiam ‘somente’ nas linguagens dos objectos expostos e das legendas dos mesmos; exposições permanentes e uma quase ausência de ligação à investigação científica (excepção feita à descoberta de mais património e à verificação da autenticidade do mesmo); inexistência de divulgação externa dos museus e de acolhimento diferenciado de públicos, uma vez que se pressupunha a coincidência de referentes culturais e de perspectivas ideológicas entre os museus e os visitantes (adultos membros das classes altas e das classes médias). Dados

os pressupostos assumidos, verifica-se, igualmente, um escasso desenvolvimento da museologia e da museografia, desnecessários face à suposta inevitabilidade, consensualidade e “sobriedade magestática” das soluções expositivas adoptadas.

Tal como na historiografia e noutras ciências sociais, também nos âmbitos (tecnológicos) do património cultural e da museologia a crítica aos pressupostos e às consequências práticas do paradigma moderno foram desencadeadas nos anos trinta, começando a alcançar maturidade e predomínio sectorial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Uma tal evolução verificou-se, pois, antes do emergir do paradigma pós-moderno (década de sessenta do século XX), estando na origem da estruturação do “paradigma neo-moderno”, o qual, em termos globais, decorreu tanto ou mais da intenção de denúncia dos limites da modernidade (décadas de 1930 e seguintes) que do empenhamento na superação dos impasses da pós-modernidade (décadas de 1990 e seguintes).

Focaliza-se a atenção no caracterizar do conhecimento científico e do saber tecnológico — em si mesmos e por comparação com outros saberes —, afirmando-se a sua natureza potencialmente objectivante mas parcelar e temporária porque individual e socialmente condicionada. Reconhecem-se as virtualidades, mas, também, as limitações da aplicação do conhecimento em causa à gestão dos recursos naturais e, sobretudo, à governação das sociedades humanas. Duvida-se que, no médio ou no longo prazo, seja possível superar grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e que a humanidade evolua teleologicamente no sentido de um qualquer “fim da história”. Aposta-se, assim, na conjugação entre a ciência/tecnologia e outras modalidades de reconstituição,

interpretação e intervenção na realidade; numa lógica de questionamento, quer de certezas e de dúvidas absolutas, quer de mecanismos de auto-sacralização e de hetero-diabolização; na importância do debate cultural e ideológico, da reflexão deontológica e epistemológica, teórica e metodológica.

O novo património cultural e a nova museologia são, desta forma, concretizações do paradigma neo-moderno. Apostam na explicitação e fundamentação de leituras múltiplas acerca de determinadas vertentes da realidade, com realce para a complexidade, o sincretismo e o carácter evolutivo dos fenómenos das identidades (organizacionais; locais, regionais, nacionais, continentais e mundial; sexuais e etárias, socioeconómicas e socioculturais, político-ideológicas e étnico-religiosas). O processo de classificação de vestígios — edifícios, estruturas, objectos, memórias — como património cultural (material e imaterial; imóvel, integrado, móvel) passou a ser observado enquanto conjunto de escolhas a partir de diversas alternativas possíveis. Proclama-se o carácter alienante e não operativo das tentativas de hierarquizar a capacidade de indivíduos, comunidades étnicas, povos, Nações e/ou Estados tendo em conta os respectivos graus de acesso à e de produção de cultura erudita.

Surgida na segunda metade dos anos sessenta do século XX, a crítica radical ao paradigma moderno — o processo de consolidação do paradigma pós-moderno — resulta na desconstrução das noções de objectividade, neutralidade social, permanência e superioridade do conhecimento científico e tecnológico. Salientam-se, igualmente, as sequelas dramáticas decorrentes da legitimação cientista de escolhas tecnológicas ou de opções ideológicas; os fracassos das promessas de

superação de grande parte dos problemas que afectam as sociedades humanas e de efectivação do estágio de plenitude da evolução da humanidade (o “fim da história”). Apenas análises e propostas de intervenção empiristas, de escala micro e baseadas em modelos matemáticos poderiam reivindicar algum nível de cientificidade, ficando todos os outros registos com o estatuto equiparado de narrativas ficcionais acerca da ou a pretexto da realidade.

Porque são decorrências do paradigma pós-moderno, o património cultural pós-moderno e a museologia pós-moderna denunciam a natureza manipuladora e alienante de todas as políticas de património cultural; contestam a operatividade dos conceitos de identidade cultural nacional, cultura erudita, superioridade ou inferioridade cultural; pugnam por uma gestão “radicalmente multiculturalista” da intrínseca multiculturalidade das sociedades humanas. Em termos museológicos, defende-se a existência de “museus educativos” e de “museus galeria”. Os primeiros dedicam-se à explicitação, comunicacionalmente eficaz — recorrendo a todas as novas técnicas museográficas —, quer das certezas emanadas da produção científica (porque empirista e matematizada), quer de determinadas escolhas ideológicas; os segundos, à divulgação de produção estética que seja capaz de atrair público. Em ambos os casos, estratégias de publicitação operatórias potenciam as virtualidades, tanto de edifícios-sede de grande espectacularidade, como de valências complementares associadas às indústrias culturais (cafetarias e lojas, jardins ou parques, acolhimento diferenciado de públicos e interfaces com outras actividades, etc.).

Relativamente aos regimes políticos estruturados na época

contemporânea e às respectivas políticas culturais-tipo, é possível identificar a monarquia absoluta de direito divino e carácter corporativo e o despotismo esclarecido, o liberalismo conservador e a monarquia autocrática, o demoliberalismo e o autoritarismo, a democracia e o totalitarismo (fascista ou comunista). Os figurinos políticos de Antigo Regime — monarquia absoluta de direito divino e carácter corporativo e despotismo esclarecido — mantiveram o patrocínio às práticas de reutilização e adaptação de edifícios antigos, de criação e fruição de colecções ou gabinetes de curiosidades, coerentes com as concepções dominantes em termos de filosofia política (origem divina e carácter unitário do poder, prevalência das relações de dependência pessoal), de organização social (sociedades de ordens, hierarquizadas e segmentadas) e de relações internacionais (misto de vinculação a um Estado através da pessoa do monarca e de cosmopolitismo sectorial).

Fundadores da contemporaneidade, os regimes liberais conservadores inventaram e demonstraram a eficácia do património cultural e dos museus como tecnologias essenciais ao Estado-Nação. Se, por um lado, asseguraram graus significativos de liberdade cultural e organizativa — no aparelho de Estado e na “sociedade civil” —, por outro garantiram a hegemonia do que mais tarde foi designado como património cultural tradicional e museus tradicionais. Enquanto soluções rivais ou substitutas dos liberalismos conservadores, as monarquias autocráticas, os demoliberalismos, os autoritarismos e os totalitarismos continuaram a recorrer, de forma ampliada, às potencialidades de enquadramento ideológico decorrentes do património cultural tradicional, da museologia tradicional e, posteriormente, do património cultural pós-moderno e da

museologia pós-moderna. A possibilidade de conceber, defender e concretizar modalidades alternativas tem sido maior nos regimes demoliberais e menor (ou nula) nos figuridos ditatoriais (monarquias autocráticas, autoritarismos e totalitarismos).

Pressupondo o cultivar do pluralismo cultural e ideológico, da autonomia e da responsabilização de segmentos da vida colectiva e dos grupos socioprofissionais neles directamente envolvidos; tendo surgido sobretudo depois do “grande trauma” de 1939-1945, as democracias e os demoliberalismos avançados viabilizaram a afirmação do novo património cultural e da nova museologia em simultâneo com a reprodução do património cultural tradicional e da museologia tradicional, com a emergência do património cultural pós-moderno e da museologia pós-moderna. Verificar-se-ia, assim, que o património cultural tradicional e a museologia tradicional, o património cultural pós-moderno e a museologia pós-moderna são compatíveis com regimes liberais conservadores e com monarquias autocráticas, com regimes demoliberais e democracias, com ditaduras autoritárias ou totalitárias. Por sua vez, o novo património cultural e a nova museologia apenas têm sido adoptados — ou tolerados — por regimes democráticos ou demoliberais avançados.

Longe de salientar pormenores essencialmente “técnicos” (relevantes somente para “especialistas”), a proposta de caracterização aventada chama a atenção para diferenças estruturantes, quer em termos de políticas culturais de Estados e de “sociedades civis”, quer de concepções de património cultural e de museologia. Parece claro que o património cultural tradicional e a museologia tradicional, o património cultural pós-moderno e a museologia pós-moderna são compagináveis

com elevados níveis de instrumentalização político-ideológica. Parece igualmente óbvio que o novo património cultural e a nova museologia têm exigências deontológicas e teórico-metodológicas só aceitáveis por sistemas políticos abertos e também promotores da autonomia responsabilizante de cada sector da vida colectiva.

Nova museologia, história nova e outras ciências sociais⁴

Em resultado, quer da evolução convergente da história nova e do novo património cultural, quer da centralidade da historiografia — da investigação científica em geral — para a nova museologia, é relevante considerar com algum detalhe a problemática em apreço. Trata-se de caracterizar mais aprofundadamente a nova museologia, de compreender as virtualidades e as implicações inerentes à organização da actividade museológica com base nas regras deontológicas das correntes historiográficas hoje dominantes nos países democráticos e demoliberais avançados, de identificar a investigação como vector nuclear de renovação e de sustentabilidade para o património cultural e para os museus.

Desde os anos 1930, a historiografia conheceu alterações significativas que, em parte, ocorreram também em outras ciências sociais (economia e sociologia, geografia e antropologia, linguística). Primeiro em alguns países e de forma embrionária, depois da Segunda Guerra Mundial de modo cada vez mais estruturante e na generalidade das sociedades abertas, a história passou a ser reconstituída e analisada assumindo a natureza apenas objectivante do conhecimento produzido, por definição ideologicamente condicionado, de validade parcial e temporária. Apostou-

se na pluralidade da documentação utilizada (escrita — de arquivo e impressa, narrativa e serial —, gráfica e audio-visual, material e oral); na centralidade do debate cultural e cívico, deontológico e epistemológico, teórico e metodológico; na disponibilidade para abordar todas as temáticas, com destaque para as até então consideradas subversivas, irrelevantes ou indignas; no carácter tendencialmente globalizante das leituras aventadas (em termos cronológicos, geográficos, sociais); na complementaridade das abordagens *micro*, *meso* e *macro*.

Citando o exemplo da história nova francesa, lembra-se a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, surgida em 1929 na então periférica Universidade de Estrasburgo por iniciativa, entre outros, dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. A partir de 1946, depois do fim do regime de Vichy e da ocupação alemã, já sob a liderança de Fernand Braudel, o grupo de historiadores responsáveis pela dinamização da re-intitulada *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* iniciou o processo de conquista do poder no universo da historiografia francesa. Ao referirmos a designação história nova, entendemos a história, a arqueologia e a história da arte; não uma escola historiográfica em sentido restrito mas, em termos latos, a forma actualmente hegemónica de produção historiográfica profissional nos países com regimes demoliberais ou democráticos.

A emergência destas concepções começou por obrigar ao reconhecimento da necessidade de promover, tanto a consolidação da museologia enquanto tecnologia derivada de ciências sociais, como o desenvolvimento de múltiplas valências e técnicas museográficas. Verificando-se a existência de diversas concepções de sociedade, de património cultural e de museologia, de várias soluções relativamente ao

funcionamento de museus, urgiria debater e analisar os valores cívico-ideológicos e os vectores deontológicos, epistemológicos, teóricos, metodológicos, estéticos e comunicacionais envolvidos.

Em acréscimo às temáticas até então abordadas — arte erudita, objectos arqueológicos e etnográficos/etnológicos, colecções ligadas à “história natural” e à evolução das tecnologias —, múltiplas outras problemáticas passaram a ser consideradas (história, antropologia, sociologia, geografia, linguística; património industrial, cultura organizacional, manifestações de culturas populares e de cultura de massas; etc.). Exigiram-se e viabilizaram-se, assim, novos tipos de museus e reinterpretações das antigas tipologias, nomeadamente, museus nacionais, museus regionais, museus locais, museus de organização e casas-museu; centros de interpretação, núcleos museológicos e museus temáticos; museus de sítio, museus policentrados, museus de comunidade, museus de cidade, ecomuseus, parques museológicos.

Fruto do empenhamento em acolher novos temas e perspectivas divergentes, a investigação científica tornou-se essencial para a actividade dos museus. Para além da verificação da origem de cada peça, a referida cooperação permite a adopção do modelo das exposições temporárias em alternativa ou complementarmente ao figurino da exposição permanente; possibilita a recolha de novos segmentos de colecção acompanhados de informação complexa sobre os respectivos contextos; permite o estabelecimento de conexões entre capacidade de análise da temática de cada actividade museológica, as linguagens expositivas adoptadas e as estratégias de ligação à comunidade envolvente/aos públicos; possibilita o estabelecimento de padrões deontológicos exigentes e de critérios para a

escolha das modalidades de gestão mais operatórias (relacionamento com a tutela, autonomia e avaliação, potenciação de competências instaladas e cooperação externa, etc.).

Defende-se, assim, que cada actividade dos museus deve ser deliberadamente voltada para promover o contacto com a complexidade do real e das leituras acerca do mesmo, utilizando-se para o efeito discursos expositivos intencionais e multilinguísticos nos quais se podem associar, na ponderação e na quantidade mais adequadas a cada situação, património cultural (imóvel, integrado e móvel), maquetas ou réplicas, textos, cenografia, luminotecnia, sonoplastia, dispositivos multimédia, etc. Explicita-se, ainda, preferência por edifícios ‘neutros’, isto é, pensados de raiz, em termos estéticos e funcionais, para destacar e valorizar as narrativas que se pretendem apresentar nas exposições, para garantir a conservação preventiva e a protecção dos artefactos salvaguardados nas reservas. Mesmo quando os museus funcionam ou se instalam em edifícios pré-existentes, considera-se que os respectivos elementos simbólicos terão de ser contidos ou reconfigurados para não inviabilizarem os objectivos da nova museologia e para não perturbarem a eficácia comunicacional das exposições.

Uma vez que se parte de pressupostos como o necessariamente elevado grau de sofisticação da actividade museológica (baseada em subuniversos vários da cultura erudita), a presença significativa nas sociedades de mundividências fundadas nas culturas populares e na cultura de massas, a responsabilidade e a necessidade de as entidades que gerem património cultural ampliarem e contribuir para a transformação dos respectivos públicos — para a democratização do acesso à cultura erudita

—, pugna-se pela presença em cada museu ou rede de museus de diversas valências. Evocam-se, antes de mais, a direcção, o conselho consultivo e o gabinete de investigação, as reservas e o laboratório de conservação e restauro, o *atelier* de museografia e o serviço de relações públicas, a recepção e as salas de exposições, o centro de documentação e o auditório, a segurança e os sistemas de conservação preventiva, a cafetaria e a loja, o jardim ou o parque e a Liga de Amigos.

Finalmente, mas não em último lugar, o novo património cultural e a nova museologia, para além de reinventarem as noções de público (que passa a públicos) e de “sociedade civil” (que de nacional e una passa a múltipla), criaram a ideia de comunidade envolvente e instituíram as correspondentes práticas. Ao invés de se pretender transformar os museus em “lugares de memória” controlados pelos âmbitos sociais que aqueles devem caracterizar e analisar, tenta-se motivar os cidadãos envolvidos a sentirem-se representados e a colaborar com os museus na qualidade de utentes prioritários, de detentores de património cultural, de portadores de memórias relevantes, de potenciais auxiliares em tarefas de acolhimento de públicos, de co-intervenientes em modalidades de avaliação do trabalho realizado, de co-participantes em modalidades de auscultação consultiva ou de intermediação perante as tutelas.

Nova museologia e museus de Santas Casas da Misericórdia⁵

Revisitada a noção de nova museologia, procura-se agora reflectir sobre as virtualidades e as implicações da eventual adopção dos respectivos pressupostos pelos museus de Santas Casas da Misericórdia

(os existentes e os a criar ou a reestruturar profundamente tendo em conta as perspectivas subjacentes ao novo património cultural). Recorda-se que, se por um lado desta correlação podem resultar transformações operatórias na actividade cultural de muitas Santas Casas da Misericórdia, por outro uma tal evolução implicará amplas mudanças de postura e conflitos múltiplos.

Antes de mais, o reenquadrar da intervenção de Santas Casas da Misericórdia à luz das concepções que sustentam o novo património cultural e a nova museologia permitirá reforçar a utilidade social e a visibilidade pública, no plano cultural, das organizações em causa. Permitirá, ainda, a ampliação massiva do universo de vestígios — imateriais e materiais; imóveis, integrados e móveis — encaráveis como suficientemente significativos para serem alvo de um processo de rastreio, estudo e inventariação; destruição programada ou patrimonialização (reutilização ou monumentalização e musealização).

Partindo de uma leitura da cultura erudita enquanto instrumento de criação e de auto-apreciação, de análise de culturas populares e da cultura de massas, as Santas Casas da Misericórdia podem contribuir para a democratização do acesso à cultura erudita e às competências de natureza pessoal, profissional e cívica dela potencialmente decorrentes. Podem, também, reforçar a presença de visões das sociedades e da cultura menos marcadas por lógicas (conscientes ou inconscientes) de segregacionismo e hostilidade, hierarquização e dominação, darwinismo social e racismo, nacionalismo e xenofobia.

Se assumirem a concretização dos critérios do novo património cultural, perante o alargamento quase infinito dos tipos e das quantidades

de vestígios tidos como significativos para a elaboração e a fruição de narrativas objectivantes acerca da memória e da identidade, as Santas Casas da Misericórdia terão a possibilidade de gerir deliberada e operatorialmente a utilização a dar, quer à documentação — material, escrita, gráfica, audiovisual, oral — herdada do passado, quer àquela que continuam a produzir na actualidade. Terão, igualmente, acesso a bens e a vivências que, por não se limitarem à produção artística associada às elites (político-administrativas e militares, religiosas e de outros vectores da cultura erudita, económicas e sociais), por um lado representam a generalidade das vertentes e nichos socioculturais de uma determinada comunidade; por outro, apresentam valores de mercado — níveis de raridade e custos de aquisição ou valores de venda — muito diferentes (inferiores).

Ao adoptarem a nova museologia, as Santas Casas da Misericórdia reforçariam a legitimidade para superar crónicos bloqueios das sociedades portuguesa e brasileira, como o empenhamento em afirmar de modo absoluto um determinado poder local e/ou organizacional; a dificuldade em estabelecer laços de cooperação com outras entidades; a desconfiança face ao conhecimento que questiona padrões estabelecidos, nomeadamente se oriundo do subuniverso das ciências sociais. Passariam, ainda, a dispor de uma tipologia multifacetada de estruturas-tipo museológicas, adequadas tanto às características do universo patrimonial delimitado como ao volume de investimento que se pretendia realizar.

Optando pela simultaneidade de um discurso continuado (dos monumentos e das exposições permanentes), de um discurso diversificado (das exposições temporárias) e do recurso à investigação como

instrumento de produção de conhecimento sobre os vestígios, os respectivos contextos significativos e as interpretações possíveis acerca dos mesmos, atingir-se-ão vários objectivos importantes. Lembramos o pluralismo cultural e ideológico, a capacidade de abarcar múltiplas temáticas, o elevado nível de complexidade das abordagens adoptadas, a possibilidade de coordenar diversas vertentes da actividade museológica — programação, museografia, relações públicas — a partir da investigação, a renovação e a ampliação dos públicos.

Quando decidem cooptar a nova museologia, as Santas Casas da Misericórdia acedem, também, a uma diferente abordagem de questões tão estruturantes como, por um lado, a interacção entre reservas e exposições; por outro, a definição do tipo de discurso expositivo mais eficaz. Abandonada a obsessão da exaustividade, inerente ao empenho em demonstrar “destaque civilizacional” por intermédio da apresentação de “todas as peças grandiosas”, as reservas passam a ser encaradas como bases de dados, em constante renovação, a partir das quais se montam as exposições. Exposições essas concebidas mediante o recurso coerente a várias linguagens expositivas (ou estratégias comunicacionais multilinguísticas), viabilizadas pelo recurso a tecnologias museográficas.

Por intermédio da nova museologia, o próprio relacionamento da actividade museológica com os edifícios e com outras estruturas de acolhimento — temporárias ou permanentes — pode ser renovado. Advogam-se as potencialidades dos centros de interpretação, dos núcleos museológicos, das casas-museu, dos museus de sítio e dos museus policentrados. Defende-se a subordinação das infraestruturas às necessidades discursivas das exposições e às exigências funcionais dos

museus, alcançável garantindo a anterioridade do programa museológico relativamente ao projecto de arquitectura nos casos de construção de raiz ou de remodelação profunda. Recorre-se a tecnologias museográficas (de conservação preventiva e de comunicação) mesmo nas situações de reutilização de edifícios monumentalizados.

Identicamente, a nova museologia pressupõe o reforço da capacidade de interacção com as comunidades envolventes — organizacionais, locais e regionais, nacionais e globais — através da implantação de valências complementares à recepção, às salas de exposições e à segurança. Entre essas funcionalidades menos tradicionais (da exclusiva responsabilidade de cada museu ou partilhadas com outras entidades), destaque para a direcção, o conselho consultivo e o gabinete de investigação, responsáveis pela gestão global e pela programação; para as reservas — de preferência visitáveis em condições específicas — e o laboratório de conservação e restauro; para o *atelier* de museografia, o centro de documentação e o auditório; para a cafeteria, a loja, o jardim ou o parque e a Liga de Amigos.

Dada a importância das tarefas de divulgação e de acolhimento de públicos, autonomiza-se a referência aos serviços de relações públicas, renomeados porque redimensionados a partir dos mais convencionais “serviços educativos”. Considera-se, em primeiro lugar, que não existe “o público” (os adultos) + “as crianças e os jovens” mas múltiplos públicos — diferenciáveis por critérios etários, socioculturais, linguísticos, de necessidades especiais, etc. —, com diferentes características, disponibilidades e expectativas. Cada museu, teria, pois, todo o interesse em estruturar as respectivas estratégias de imagem e comunicação partindo

desse pressuposto. Em segundo lugar, ao acolhimento de públicos — recorrendo a soluções várias — deveria ser assegurada tanta atenção como à divulgação (generalista, específica, institucional e organizacional) do museu e das respectivas actividades.

Para concluir, listam-se alguns dos problemas que poderão surgir se Santas Casas da Misericórdia passarem a organizar a sua actividade tendo em conta os conceitos que decorrem do horizonte do novo património cultural e da nova museologia. Referem-se a contestação ao desvio de recursos para questões culturais por parte de entidades com responsabilidades sobretudo na área social, a não compreensão dos modelos de património cultural e de museologia propostos, a recusa em aceitar a postura objectivante inerente à história nova e a outras ciências sociais, a resistência ao implantar de modalidades de cooperação com parceiros diversos e de estruturas museológicas de âmbito regional ou nacional.

Santas Casas da Misericórdia, património cultural, museus e cultura organizacional⁶

Entidades multiseculares com presença em vertentes diversas da realidade social, as Santas Casas da Misericórdia têm gerado, ao longo da sua existência, vestígios — imateriais e materiais; móveis, integrados e imóveis — em escala significativa (em termos qualitativos e quantitativos), muitos dos quais — documentação material, gráfica, escrita, audiovisual e oral — sobreviveram até aos nossos dias. Partindo das concepções da história nova e de outras ciências sociais, do novo património cultural e da nova museologia, é, assim, possível e relevante para as próprias

Projeto História, São Paulo, v. 62, Mai-Ago, pp. 111-145, 2018.

Misericórdias e para as comunidades envolventes (em Portugal, no Brasil e em outros países), produzir discursos historiográficos, patrimoniais e museológicos acerca das referidas organizações.

Quanto às potencialidades para a comunidade — local e regional, nacional e global — de um maior empenhamento das Santas Casas da Misericórdia no rastreio e estudo, salvaguarda e rentabilização dos correspondentes patrimónios culturais, penso que são evidentes. Acerca das vantagens para as Santas Casas da Misericórdia desse investimento acrescido, para além de um contributo genérico em favor da ampliação dos níveis de fruição da cultura erudita por parte da sociedade envolvente, estar-se-ia face à possibilidade de consolidar significativamente as respectivas culturas organizacionais.

Somente a título ilustrativo, propõe-se uma listagem eventual e uma caracterização sumária de um conjunto de problemáticas que, estando ou não reconstituídas e analisadas pela historiografia influenciada pelos princípios da história nova, poderiam sustentar processos de monumentalização e de musealização marcados pelos pressupostos do novo património cultural e da nova museologia. Lembremos que é e que poderá continuar a ser relativamente fácil obter colaboração para este tipo de projectos por parte de estabelecimentos de ensino superior, de unidades de investigação, de escolas do ensino não superior, de outros monumentos ou de outros museus, de empresas e colectividades, etc.

Citam-se, entre outras vertentes, a natureza das Santas Casas da Misericórdia e o respectivo papel, quer em sociedades de Antigo Regime, quer em sociedades contemporâneas; as ligações mantidas com o poder central, com os poderes locais e com as estruturas administrativas nas

várias conjunturas político-institucionais identificáveis; o relacionamento estabelecido com a Igreja Católica e com organismos da “acção católica”; a origem sociocultural e o modo de recrutamento das elites envolvidas; as actividades concretizadas e as correspondentes modalidades de financiamento; as situações sociais que mereceram intervenção e aquelas em que a mesma foi negada ou não se revelou possível; a actuação-tipo em “períodos normais” e em situações de crise; os edifícios, estruturas e objectos utilizados; o significado inicialmente atribuído a símbolos e a rituais, bem como a progressiva alteração do valor dos mesmos; a postura assumida face à religião (às diversas religiosidades), ao agnosticismo, ao ateísmo e à laicidade; o estabelecimento de comparações com Santas Casas da Misericórdia ou com entidades similares de outros países.

De forma também apenas exemplificativa acerca de soluções para a estruturação da actividade das Santas Casas da Misericórdia em termos de historiografia, património cultural e de museologia, evocamos a contratualização de investigação e a viabilização do acesso à documentação; a edição de monografias, de publicações periódicas e de catálogos; os monumentos (edifícios e conjuntos) e as exposições avulso; os centros de interpretação e os núcleos museológicos; os vários tipos de museus e as respectivas valências — próprias ou partilhadas, viabilizadas por financiamentos diversos e pela cooperação com outras entidades, de âmbito local, regional ou nacional —; os circuitos e as rotas.

Tal como a generalidade das instituições públicas e das organizações privadas, também as Santas Casas da Misericórdia geram, espontaneamente, cultura organizacional. As questões são, pois, as de saber se se pretende manter um elevado nível de informalidade ou se se

considera útil gerir o fenómeno em causa de modo deliberado e sistémico; se se opta por uma leitura instrumental ou estruturante da referida tecnologia. Quanto ao segundo dilema, trata-se de decidir se a cultura organizacional é encarada como vector de manipulação (ignorando e/ou procurando camuflar parcelas da realidade valoradas negativamente) ou enquanto meio para conhecer, melhorar e divulgar o existente.

Perante cidadãos em geral e decisores políticos, mecenas e potenciais patrocinadores, utentes e eventuais beneficiários, activistas e futuros dirigentes, fornecedores e funcionários das Santas Casas da Misericórdia, investir em produção historiográfica objectivante, em novo património cultural e em nova museologia como pilares de estratégias de cultura organizacional significa, precisamente, escolher a busca do máximo de conhecimento e de consciência possíveis. Contribuiria, também, para o reforço da capacidade de aperfeiçoar cada entidade, de mobilizar disponibilidades e empenhamentos, de promover interna e externamente a imagem das organizações em apreço.

Observando da perspectiva do desenvolvimento integrado e sustentável, a densificação da oferta de leituras historiográficas, sobre as Santas Casas da Misericórdia e respectivos contextos, baseadas nos princípios da história nova; de actividades de património cultural e de museologia inspiradas nos pressupostos do novo património cultural e da nova museologia, traria vantagens directas e indirectas, no curto e no médio/longo prazos. Em termos imediatos e directos, a nova memória histórica, os novos monumentos — materiais e imateriais — e os novos museus podem gerar mais receitas próprias; ser vectores potenciadores de actividades económicas como o lazer e o turismo, o *marketing* e a

publicidade, a animação cultural e as “indústrias criativas”, a educação e a formação, a construção civil e as obras públicas, a conservação e a reabilitação; ajudar a consolidar saberes e estratégias de intervenção como o planeamento do território e o urbanismo, a cultura organizacional e a diferenciação de localidades ou regiões.

No médio e longo prazo e em termos indirectos, disponibilizar-se-ia aos indivíduos “lugares de memória” associáveis a narrativas objectivantes, a memórias e identidades múltiplas e críticas, geradoras de capacidade acrescida de lidar com a pluralidade e a mutabilidade, a indefinição e o risco presentes nas esferas pessoal e profissional. Assegurar-se-ia, ainda, o acesso a uma base de dados de enorme dimensão — somatório de vestígios do pensamento e da actividade de sucessivas sociedades humanas —, fundamental numa educação para a criatividade e para a compreensão da diversidade. Permitir-se-ia, finalmente, aceder a vestígios sobre realidades distantes (no espaço e no tempo), com o consequente aumento do grau de exigência, da capacidade e da vontade de concretizar inovação.

Também no que diz respeito ao aprofundamento do regime democrático, a história nova, o novo património cultural e a nova museologia das Santas Casas da Misericórdia apresentariam significativas virtualidades. Mesmo partindo-se da crítica de concepções cientistas, nas quais “a filosofia, a ciência e a tecnologia” demonstrariam a verdade, a bondade e necessidade de uma determinada ideologia — comprovando, em simultâneo, a mentira, a malignidade e a inadequação de todas as outras —, reconhece-se a importância do conhecimento para sustentar a participação cívica e a escolha das políticas a adoptar. Evocam-se, assim,

as potencialidades daquela ciência e daquelas tecnologias como instrumentos de divulgação científica e de cruzamento entre saberes de natureza diversa (“cultura erudita”, “culturas populares” e “cultura de massas”; ciência, tecnologia, filosofia, estética, senso comum, religião, ideologia, etc.).

Porque se assumem precisamente como espaços de apresentação de vestígios e de explicitação de narrativas sobre questões como a evolução, as memórias e as identidades históricas, sobre as pretensamente naturais (e, portanto, indiscutíveis e inultrapassáveis) hierarquias entre indivíduos, grupos, povos, culturas e civilizações, a história nova, o novo património cultural e a nova museologia das Santas Casas da Misericórdia continuam a desempenhar um papel decisivo na reprodução de mundividências e de consensos cívicos. Fazem-no, no entanto, de modo complexo, problematizante e objectivante. Contribuem, assim, para a dessacralização e para a relativização das categorias em causa, para a viabilização e a legitimação do debate e das escolhas acerca das mesmas, para a consolidação da democracia.

Quando encaram a sua própria actividade como um esforço de diálogo assimétrico e de enquadramento, de mobilização e de representação das comunidades envolventes e dos públicos — na escolha de temáticas, recursos comunicacionais e interpretações; no rastreio e na utilização de vestígios; na divulgação de iniciativas e no acompanhamento de visitantes; na generalização de experiências e de avaliações, bem como na divulgação de conhecimentos e no apoio à aquisição de competências —, a história nova, o novo património cultural e a nova museologia das Santas Casas da Misericórdia assumem-se, igualmente, enquanto vectores

de aperfeiçoamento do relacionamento entre os poderes, outras elites socioculturais e as massas. Trata-se de, partindo da cultura erudita — complexa e fomentadora da especialização entre produtores e consumidores, entre diferentes subuniversos de si própria; tendencialmente empenhada na compreensão e na transformação ou na permanência da realidade —, enriquecer a mesma no contacto com registos diferentes; garantir o acesso à ou intensificar a fruição da cultura erudita; reenquadrar e requalificar as culturas populares e, tanto quanto possível, a cultura de massas.

Conclusão

Depois de se ter salientado a relevância político-ideológica passada e a utilidade social actual da historiografia, do património cultural e da museologia, procurou-se, por um lado, contextualizar e caracterizar comparativamente a história nova, o novo património cultural e a nova museologia. Visou-se, por outro lado, argumentar em favor da maior operatividade daquelas formas de encarar as áreas de conhecimento científico e tecnológico em causa para quem defenda a ampliação do acesso à cultura erudita (com a consequente reapropriação das culturas populares e da cultura de massas), o fomento do desenvolvimento integrado e sustentável, o aprofundamento da democracia.

Chamou-se, em seguida, a atenção para a longevidade, para a complexidade e para a multiplicidade de vectores das Santas Casas da Misericórdia enquanto entidades nucleares das realidades portuguesa, brasileira e outras desde o início da época moderna até aos nossos dias;

para as virtualidades de as mesmas adoptarem estratégias de gestão das respectivas culturas organizacionais que se baseiem, também, na história nova, no novo património cultural e na nova museologia. Beneficiariam dessa escolha — no curto e no médio/longo prazos, directa e indirectamente —, quer as próprias organizações, quer as comunidades envolventes (nos planos local e regional, nacional e global).

Tendo-se alertado para as resistências e para os conflitos que poderão decorrer da introdução de concepções e de práticas objectivantes, problematizadoras e ainda razoavelmente desconhecidas fora de determinados âmbitos, advogou-se que o saldo final deverá ser francamente positivo. A título meramente ilustrativo e de forma embrionária, referiram-se algumas das soluções técnicas — das inerentes consequências sócio culturais — que poderão ser mobilizadas para operacionalizar os pressupostos da história nova, do novo património cultural e da nova museologia ao serviço, quer das Santas Casas da Misericórdia, quer das populações portuguesa, brasileira e outras.

Encerra-se este texto, elaborado e apresentado numa época de crise socioeconómica e política (resultante de constrangimentos alheios e de erros próprios), apelando a que, no que concerne aos vestígios da sua própria existência, as Santas Casas da Misericórdia portuguesas e brasileiras escolham, maioritariamente ou unanimemente, as soluções classificáveis como sendo as mais geradoras de consciência e auto-perfeccionamento, desenvolvimento e democracia: a história nova, o novo património cultural e a nova museologia. Poderão, no imediato, revelar-se mais incómodas porque críticas de alguns dos equilíbrios estabelecidos. Poderão, em termos superficiais, aparentar menor eficácia do que outras

correntes historiográficas — historicismo neometódico, neonarrativismo, nova história económica —; do que o património cultural tradicional ou o património cultural pós-moderno, a museologia tradicional ou a museologia pós-moderna. Em termos estruturais, contribuirão, no entanto, para a obtenção de resultados sobretudo positivos e para o rompimento do ciclo vicioso da “modernização timorata e sitiada”.

Notas

¹ Texto resultante da adaptação da comunicação apresentada às Primeiras Jornadas “Museologia nas Misericórdias” (Penafiel, 13 de Setembro de 2014, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel).

* Professor Auxiliar de História Contemporânea do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (DHEEAA/FLUC) e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC). <https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>

² Cfr., nomeadamente, J.C.P. Brigola, 2003; R. Bucaille, 1989; A. Gob, 2003; V.O. Jorge, 2005; I.M.M. Moreira, 1989; M.J.B. Neto, 2001; M.B. Rocha-Trindade, 1993.

³ Cfr., entre outros, F. Catroga, 2001; F. Choay, 1992; D.Crimps, 2000; C. Fortuna, 2002; F. Jameson, 1991; J.P.A. Nunes, 2013b; L. Raposo, 1995; L. Raposo, 2003; M.L.L. Santos, 1988; M.L.L. Santos, 1998, G. Vattimo, 1987; K. Walsh, 1992.

⁴ Cfr., nomeadamente, L. Alonso Fernandez, 1995; A. Birou, 1988; G. Bourdieu, 1990; F. Catroga, 2001; *1º Encontro Internacional [...]*, 2000; A. García Blanco, 1988; G. Kavanagh, 1996; J.M.A. Mendes, 1992; J.M.A. Mendes, 1999; J.M.A. Mendes, 2009; J.P.A. Nunes, 1994; J.P.A. Nunes, 1999; J.P.A. Nunes, 2003/2004; J.P.A. Nunes, 2013a; P. Vego, 1989.

⁵ Cfr., entre outros, L. Afonso Fernandez, 1995; C.O. Cluzeau, 1998; *Geo [...]*, 1998; X. Greffe, 1990; M.A. Lopes, 2008; M.A. Lopes, 2013; D. Miller, 1987; R. Prentice, 1995.

⁶ Cfr., nomeadamente, A.R. Amaro, 1993; A. Beltran, 1991; P. Friedenson, 1989; M. Hamon, 1987; M.A. Lopes, 2008, M.A. Lopes, 2013; A. Seldon, 1988; P. Thompson, 1998.